

Uma economia mais democrática?

Nota de pesquisa

João Freire*

Resumo: Com esta breve nota de pesquisa, pretende-se justificar a pertinência de uma linha de investigação sociológica sobre alguns novos aspectos da vida económica em Portugal, em especial no que respeita à emergência de novos actores sociais. Uma interrogação de fundo se levanta: mais agentes de maior interdependência entre eles poderão significar uma forma de 'democratização' da vida económica?

A economia é um modo particular de apreender o funcionamento da sociedade. Das suas categorias conceptuais mais tradicionais - produção, consumo, valor, troca, crescimento, etc. - até aos mais sofisticados modelos e teorias explicativas, a ciência económica sempre privilegia as metodologias quantitativas, em relação a outras. Porém, a *vida económica* - isto é, a economia, não no sentido de disciplina científica, mas no sentido de fenómenos e relações sociais susceptíveis de uma leitura económica - é uma articulação da realidade social que pode igualmente ser analisada por uma ciência como a sociologia, que tanto emprega metodologias quantitativas como qualitativas, como ainda combinações judiciosas de ambas.

Servem estas palavras introdutórias para justificar a pretensão do sociólogo que se propõe investigar certos domínios tidos como tradicionalmente pertencentes ao campo de estudo da economia. Se no respeitante à esfera da produção ou do trabalho é corrente encontrarem-se estudos sociológicos, muito mais rara é a ocorrência de tais estudos na esfera da circulação ou do consumo, sobre a iniciativa empresarial ou no sistema financeiro. Claro está que o sociólogo o fará sem qualquer intenção de competir com os seus colegas economistas, antes se propondo trazer uma nova contribuição complementar às abordagens já feitas por estes, a partir das formulações teóricas, hipóteses e metodologia própria da sua disciplina.

Parece poder afirmar-se, sem grande margem para controvérsia, que sociedades como a portuguesa actual têm vindo a integrar na sua vida económica um número crescente de funções e actividades sociais. Por um lado, é o

* Docente do ISCTE, investigador no CIES.

resultado do próprio crescimento da economia, que se traduz não apenas por um aumento dos indicadores quantitativos das suas grandezas mas igualmente por um processo de diversificação-complexificação das suas actividades, de que as modernas teorias de *marketing* são uma eloquente tradução, obrigando à reconsideração de certas "teorias das necessidades" anteriormente bem estabelecidas¹. Mas, além deste fenómeno, há também funções e actividades sociais que só agora entram na vida e na contabilidade económicas, embora já existissem previamente. Não é, com efeito, difícil citar actividades consideradas tradicionalmente do foro familiar, lúdicas, culturais, etc. que se colocam no campo da economia ao tornarem-se externas e sociais, ao especializarem e profissionalizarem os seus intérpretes, ao adquirirem valor económico e comercial. É conhecida a deliciosa definição desta mercantilização a propósito do *baby-sitting*: duas mães trocam entre si a guarda dos respectivos filhos, mediante uma remuneração (que é simultaneamente uma despesa)!

E poderíamos ainda evocar a questão da "subterraneidade" permanente de um certo sector da actividade económica, maior ou menor, mais ou menos rigorosamente conhecido, para fazer valer a ideia de que os contornos e os limites do sistema económico, numa sociedade como a nossa, têm que ver simultaneamente com os instrumentos teóricos, metodológicos e técnicos disponíveis, bem como com certas características específicas do sistema sócio-cultural².

É assim plausível pôr como hipótese que estejam a actuar sobre a vida económica do nosso país não só as forças do crescimento económico - as induzidas internamente e, mais claramente ainda, as externas, fundamentalmente determinadas pelo processo de integração europeia³ -, como igualmente um importante processo de mudanças sociais - envolvendo alterações e ajustamentos de padrões de comportamentos, valores e atitudes⁴ - e, ainda, eventualmente, modificações de estratégia dos agentes económicos face ao quadro institucional existente⁵.

A primeira questão que, então, se pode levantar é a seguinte: será que, a partir da referida maior diversificação de actividades, se poderá igualmente identificar a emergência de um maior número de agentes económicos, conscientes e organizados? Aos agentes e protagonistas típicos da sociedade industrial - patronato e sindicatos, para citar apenas os mais simbolicamente significativos - acrescentam-se, hoje, outros grupos e categorias que se esforçam por obter o reconhecimento dos seus direitos e da legitimidade dos seus interesses, tentando conseguir uma redistribuição das posições de poder e influência existentes na sociedade e no Estado. Será este movimento mais forte do que a tendência à concentração e à centralização das associações existentes, que contemporaneamente se verifica⁶?

Uma segunda questão a investigar seria a de saber se, sobre a base desse maior número de agentes activos presentes na vida económica, daí adviria, de facto, uma maior interdependência mútua e uma acrescida complexidade do tecido económico. Neste caso, poderia então justificar-se o emprego do termo

'*democratização*' para caracterizar uma tal evolução das relações económicas, pese embora a multivalência e a carga valorativa inevitavelmente arrastada pelo seu emprego⁷.

A estas interrogações e hipóteses de pesquisa desejamos responder em primeiro lugar por uma breve nota metodológica. Refere-se ela à possibilidade - que admitimos - de investigar este fenómeno da emergência de novos actores económicos em Portugal através do estudo segmentado de algumas dessas novas realidades, quer elas sejam abordadas por via de metodologias extensivas ou intensivas. Vale também a pena precisar que nem sempre se trata exactamente de um novo actor, mas de um actor que está em vias de sofrer modificações internas assinaláveis.

Finalmente, deve também precisar-se que, se esta linha de investigação não contempla expressamente os agentes económicos hoje e tradicionalmente dominantes na vida económica - tais como as associações empresariais, sindicais e profissionais por um lado, e o Estado, por outro -, tal não significa de forma alguma que menospreze o seu papel e a importância, decisiva, das suas próprias evoluções. Trata-se, simplesmente e por razões operativas, de concentrar o esforço de pesquisa sobre os objectos que prometem mais significativas mudanças. Mas deve ser-se consciente de que qualquer ensaio de conclusão sobre as eventuais modificações estruturais da vida económica portuguesa não poderão ignorar esta segmentação metodológica e deverão contentar-se com a formulação de novas hipóteses, porventura mais rigorosas e ambiciosas.

Em resumo, tratar-se-à tão-só de um contributo especializado e parcial para a interrogação colocada à partida.

Vejamos então alguns dos principais objectos passíveis de serem investigados, deste ponto de vista. -

1. Um primeiro campo de pesquisa pode ser identificado como o da *democratização das empresas*. Noutros países, esta problemática tem sido designada através de expressões como "democracia industrial", "participação", "alargamento dos direitos dos trabalhadores", "novos métodos de gestão", etc.⁸ No nosso caso, tratar-se-ia sobretudo de investigar as eventuais evoluções em curso no tocante às formas de constituição e funcionamento dos órgãos de administração das empresas (representação do capital, dos trabalhadores, dos utentes, do Estado, etc.; órgãos de administração, fiscalização e administração), às estruturas de representação do pessoal (delegados sindicais, comissões de trabalhadores), às estruturas de higiene, segurança, produtividade, etc., e, finalmente, às categorias de pessoal de enquadramento primário e intermédio na empresa.⁹

2. Um segundo campo, como o anterior, também ele já relativamente clássico, seria constituído pelo estudo da evolução das *empresas cooperativas de produção e de serviços*. Tendo em conta que as designações oficiais nem sempre correspondem a situações económicas e sociais consistentes, apenas

nos interessariam aqui as cooperativas com cooperadores-trabalhadores a tempo completo, com exclusão, portanto, das cooperativas de consumo, de habitação, de crédito e da maior parte das agrícolas (as de compra e venda). Neste campo, o que mais interessaria observar seria, por um lado as condições de arranque das novas unidades¹⁰, por outro a problemática dos seus ciclos de crescimento¹¹, e em terceiro lugar a questão do associativismo cooperativo no funcionamento de certos mercados sectoriais¹².

3. Um terceiro campo de estudo, menos conhecido, seria o do *associativismo de utentes e consumidores*. Tratar-se-ia aqui de estudar as condições de emergência e constituição de agentes económicos e sociais inteiramente novos, pelo menos enquanto organizações capazes de acção e de comportamentos estratégicos. Ainda relativamente incipientes no nosso país, estas associações parecem estar em vias de conhecer uma nova fase de desenvolvimento e reconhecimento social¹³.

4. Um outro domínio de investigação seria o da constituição de novos agentes empresariais (profissionais por conta própria ou novos patrões), isto é, o do *estabelecimento autónomo, associado ou empresarial*. Não interessaria tanto indagar a actividade empreendedora propriamente dita, quanto as condições de sucesso das novas iniciativas e o que elas significariam para as características tradicionais do tecido empresarial português, designadamente no sector das pequenas e médias empresas¹⁴.

5. Finalmente, um último campo de exploração deveria ser o constituído pelo *sistema financeiro*. Tratar-se-ia aqui de averiguar o comportamento e papel dos novos agentes deste sistema, designadamente surgidos em consequência de determinadas políticas perseguidas pelos poderes públicos (accionistas-trabalhadores, etc.) ou do desenvolvimento do próprio sistema financeiro do nosso país (fundos de investimentos e de pensões, bolsa, clubes de investidores, etc.)¹⁵.

Convém ainda explicitar que os anteriores campos de pesquisa se situam em determinados *contextos básicos*, que passamos a enunciar aqui sumariamente:

a) Um contexto *político-institucional* caracterizado por uma maior estabilidade, previsibilidade e coerência da acção política, por parte, designadamente, das autoridades governamentais e das forças de oposição - pelo menos em comparação com o passado recente. Pode também detectar-se uma progressiva racionalização e consensualização do sistema político, no que respeita aos seus quadros e regras de jogo, subtendendo a oposição e a conflitualidade de valores, interesses e projectos políticos e sociais, que não deixarão de continuar a manifestar-se na sociedade portuguesa;

b) Um contexto *económico* fortemente marcado pela progressiva inserção de Portugal no espaço-C.E.E., com concorrência mais aberta e mercados mais vastos. As grandes empresas far-se-ão sentir cada vez mais nitidamente. Por outro lado, podem também entrever-se sobredeterminações cada vez mais

afirmadas em matéria de política económico-social por virtude das decisões tomadas em instâncias comunitárias europeias;

c) Um contexto *tecnológico* modelado por mudanças aceleradas no tocante à introdução de processos de automatização do aparelho produtivo nacional e, mais geralmente, de informatização das actividades económicas, das organizações do trabalho, das esferas do consumo, lazer, informação, etc.;

d) Um contexto *organizacional* específico em que a inovação, a criatividade e a participação responsável dos indivíduos nos projectos colectivos são encarados como triunfos e ganhos potenciais em terrenos concorrenciais muito abertos;

e) Um contexto *sócio-cultural* mais favorável do que anteriormente à autonomia e iniciativa individual e privada e à assunção de riscos calculados pelas pessoas e organizações da sociedade civil, com enfraquecimento provável de expressões de solidariedade tradicionais (ligadas à família, ao trabalho ou à vizinhança), decréscimo das atitudes de protecção e de sedução-dependência - em particular relativamente ao Estado - e com a emergência de valores mais afirmados de individualismo, competição, tolerância e legitimação do sucesso;

f) Um contexto *internacional* relativamente optimista - apesar das incertezas - quanto à capacidade das acções humanas para enfrentar os grandes desafios mundiais (paz e desarmamento, desenvolvimento, desequilíbrios ecológicos, desemprego, etc.) e favorável à realização de acções concertadas internacionalmente numa escala mais vasta (investigação científica e tecnológica; comunicação e cultura; agrupamentos supra-nacionais; comércio mundial; etc.).

Para finalizar, vale a pena insistir que, do nosso ponto de vista, esta deveria ser uma *investigação sociológica, sobre actores situados no sistema económico*. Sem renunciar a outras contribuições, dever-se-ia partir do capital teórico acumulado no quadro do ramo disciplinar da sociologia do trabalho, vista a inexistência de uma sociologia económica com tradição académica e de investigação equiparável.

Notas

- 1 Para já não irmos aos teóricos socialistas, refiram-se, no campo da psico-sociologia, os trabalhos de autores como Maslow ou Herzberg.
- 2 Se hoje se fala menos em economia subterrânea do que há meia dúzia de anos atrás, talvez seja porque a conjuntura económica fez alterar a estratégia de alguns agentes económicos, e não porque a importância do "sector" tenha passado a ser negligenciável.
- 3 Veja-se, designadamente, o papel das muitos grandes empresas internacionais, ou a diminuição dos "domínios reservados" dos Estados nacionais.

- 4 Por exemplo, os nivelamentos cidade-campo, ou interior-litoral, dentro de certas categorias sociais, ou o reconhecimento público de outras, como a dos "jovens".
- 5 A privatização do sector empresarial do Estado ou de certas formas de comunicação social tem sido campos fecundos para estas acções.
- 6 Lembremo-nos, apesar de tudo, da força de atracção que constituem as centrais sindicais para os sindicatos autónomos, e dos processos de federalização que atingem vários corpos e associações profissionais.
- 7 A "democracia política, económica, social e cultural" tem surgido como fórmula-objectivo do programa de certos partidos, com intuítos de acção política.
- 8 Apesar da sua consonância claramente anglo-saxónica, a expressão mais frequentemente utilizada em linguagem sociológica é a de democracia industrial.
- 9 O autor tem em execução um projecto de investigação sobre "Os encarregados na indústria" (CIES-ISCTE).
- 10 A conjuntura que originou um grande número de novas cooperativas de produção em Portugal, depois de 1974, para preservar o emprego e responder ao abandono patronal, já está claramente ultrapassada.
- 11 José Baptista, Ilona Kóvacs e Conceição Lobo Antunes foram, nos anos passados, os investigadores que mais se preocuparam com a inevitabilidade da aplicação em Portugal do tipo de crescimento das cooperativas teorizado por Meister: da "conquista" ao "poder dos administradores".
- 12 Henri Desroches, por exemplo, prolongou há actualidade a indagação já mais antiga sobre a viabilidade de um "sector cooperativo", fazendo-o no interior dos vários ramos da actividade económica e industrial e nas suas interligações.
- 13 A imprensa assinalou, por exemplo, a criação de associações de utentes dos hospitais, de tele-espectadores, de utilizadores dos correios e telecomunicações, de transportes, etc. É também verdade que o conceito de associação de consumidores e utentes pode ser estendido até zonas insuspeitadas: desde as tradicionais cooperativas de consumo até às associações de estudantes!
- 14 Depois do estudo pioneiro de Harry Makler, registe-se o importante estudo do C.I.S.E.P. sobre "Empresários e gestores na indústria portuguesa" (direcção de Maria Manuela Silva).
- 15 Existe, entre nós, uma Associação de Sócios de Clubes de Investidores, representando cerca de um milhar de pequenos aforradores-investidores.

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, José *et al.* *Uma Gestão alternativa*, Lisboa, Relógio d'Água, 1985.
- CARDOSO, J.L. *et al.*, *Empresários e gestores em indústria portuguesa*, Lisboa, D.Quixote, 1990.
- DESROCHE, Henri. *Le Project coopératif*, Paris, Économie et Humanisme/Ed. Ouvrières, 1976.
- HERZBERG, Frederick. *Le Travail et la nature de l'homme*, Paris, Entreprise Moderne d'Édition, 1975 (ed. original 1966).
- MAKLER, Harry. *A Elite industrial portuguesa*, Lisboa, Gulbenkian, 1969.
- MASLOW, Abraham H., *Motivation and personality*, N.York, etc., Harfer & Row, 1970.
- MEISTER, Albert. *Los Sistemas cooperativos: democracia o tecnocracia*, Barcelona, Nova Terra, 1969 (ed. original 1968).
- SILVA, Manuela (org.) *et. al.*, *Empresários e Gestores na indústria portuguesa*, Lisboa, CISEP-UTL, 1989.